

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Prezados Acionistas:**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 da Société Générale Leasing S.A. Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos auditores DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 - (Em milhares de reais)			
	2008	2007	
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.388</b>	<b>14.645</b>	<b>CIRCULANTE</b>
Disponibilidades	106	5	Outras obrigações
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	14.640	Fiscais e previdenciárias
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	14.640	Diversas
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.205	-	
Carteira própria	7.205	-	
Operações de arrendamento mercantil	-	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
Arrendamento e subarrendamentos a receber	308	-	Outras obrigações
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(308)	-	Diversas
Outros créditos	77	-	
Diversos	77	-	
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	
Outros créditos	7	7	
Diversos	7	7	
Operações de arrendamento mercantil	-	-	
Arrendamento e subarrendamentos a receber	1.110	-	
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(1.110)	-	
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.517</b>	<b>-</b>	
Imobilizado de uso	170	-	
Outros imobilizados de uso	171	-	
(-) Depreciações acumuladas	(1)	-	
Imobilizado de arrendamento	1.307	-	
Bens Arrendados	1.322	-	
(-) Depreciações acumuladas	(15)	-	
Intangível	40	-	
Licenças de uso de software	40	-	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.912</b>	<b>14.652</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>
			<b>8.912</b>
			<b>14.652</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações)			
	2º semestre 2008	Exercício 2008	Exercício 2007
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Operações de arrendamento mercantil	31	31	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	585	1.336	1.579
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Operações de arrendamento mercantil	(15)	(15)	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>601</b>	<b>1.352</b>	<b>1.579</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Despesas de pessoal	(1.415)	(1.662)	(507)
Despesas de pessoal	(202)	(202)	-
Outras despesas administrativas	(1.176)	(1.375)	(431)
Despesas tributárias	(38)	(82)	(91)
Outras receitas operacionais	6	27	22
Outras despesas operacionais	(5)	(30)	(7)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(814)</b>	<b>(310)</b>	<b>1.072</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(814)</b>	<b>(310)</b>	<b>1.072</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Provisão para imposto de renda	130	(8)	(258)
Provisão para contribuição social	72	(8)	(162)
Provisão para contribuição social	58	-	(96)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(684)</b>	<b>(318)</b>	<b>814</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>	<b>(2.235,29)</b>	<b>(1.039,22)</b>	<b>2.660,13</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 - (Em milhares de reais)				
	Capital social	Reserva de lucros Legal	Lucros acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>8.399</b>	<b>109</b>	<b>5.034</b>	<b>13.542</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	814	814
Constituição de reserva Legal	-	41	(41)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>8.399</b>	<b>150</b>	<b>5.807</b>	<b>14.356</b>
Dividendos distribuídos sobre o resultado de 2007 - R\$ 18,98 por ação	-	-	(5.807)	(5.807)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(318)	(318)
Constituição de reserva legal sobre o lucro auferido no primeiro semestre	-	18	(18)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>8.399</b>	<b>168</b>	<b>(336)</b>	<b>8.231</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008</b>	<b>8.399</b>	<b>168</b>	<b>348</b>	<b>8.915</b>
Prejuízo líquido do semestre	-	-	(684)	(684)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>8.399</b>	<b>168</b>	<b>(336)</b>	<b>8.231</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2008	Exercício 2008	Exercício 2007
Prejuízo líquido do semestre/exercício	(684)	(318)	(318)
Depreciações e amortizações	16	16	16
Superveniência de depreciação	(31)	(31)	(31)
Imposto de renda sobre superveniência de depreciação	8	8	8
Prejuízo líquido do semestre/exercício ajustado	(691)	(325)	(325)
Varição de ativos e passivos operacionais	(1.562)	(1.316)	(1.316)
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(171)	(171)	(171)
Aquisição de ativo intangível	(40)	(40)	(40)
Varição de outras obrigações - aplicações interfinanceiras	-	14.640	14.640
Varição de títulos e valores mobiliários	1.858	(7.205)	(7.205)
Caixa líquido proveniente de atividades de investimento	1.647	7.224	7.224
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	-	(5.807)	(5.807)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	-	(5.807)	(5.807)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	85	101	101
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	21	5	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	106	106	106
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	85	101	101

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A Sociedade, em virtude das orientações mundiais do Grupo Société Générale, reavaliou sua estratégia de operação e voltou a operar com arrendamento mercantil em dezembro de 2008.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas observando-se as normas específicas do Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF e as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Sociedade está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. Destacamos que a adoção inicial da referida Lei, não apresentou impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras, considerando que as principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, que afetam as operações, já vinham sendo adotadas em virtude das normas contábeis já existentes emanadas pelo BACEN. Destacamos a seguir as principais modificações introduzidas pelos normativos em referência: (i) As operações realizadas pela Sociedade já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização, pois as operações ativas e passivas pré-fixadas estão ajustadas a valor presente pela existência das contas de rendas a apropriar e despesas a apropriar que ajustam essas operações aos valores que seriam obtidos na realização como se fossem operações à vista, bem como para as obrigações sujeitas a variações pós-fixadas, que são realizadas pelo valor à vista e tem os respectivos valores atualizados periodicamente pelas taxas das operações. Desta forma, o Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo não ocasionou impactos relevantes para a Sociedade. (ii) A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos deixou de ser exigida, e em seu lugar está sendo apresentada a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Arrendamentos a receber:** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira - "Operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **b) Rendas de arrendamento:** As rendas das operações de arrendamento vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **c) Depreciação:** A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil (cinco anos), reduzido em 30% com amparo da Portaria nº. 113/88 do Ministério da Fazenda, quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil. **d) Valores residuais garantidos:** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **e) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é constituída de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN e com base em estimativa da Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. **f) Superveniência ou insuficiência de depreciação:** Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A

superveniência de depreciação é creditada no resultado do exercício, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **g) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. **h) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes ao valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos", líquido dos efeitos tributários. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade apresentava apenas títulos classificados na categoria "para negociação". **i) Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos com vida útil indefinida, são contabilizados pelo seu valor de custo e não sofrem amortização, estando, em ambos os casos, sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 01 Resolução nº 3.566. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **k) Contingências:** Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15% (9% até 30 de abril de 2008). **m) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

As aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se a Letras do Tesouro Nacional - LTN, classificadas como "Títulos para negociação", livres, com vencimentos em 01/01/2009.

	2008	Valor de	Valor de
		contábil	mercado
Títulos e valores mobiliários:			
Livres			
Títulos para negociação			
Públicos - Governo Federal			
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.205	7.205	

**5. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 31, classificada como receita de operações de arrendamento mercantil.

**6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados aos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

	Exercício 2007
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>814</b>
Lucro líquido ajustado	814
Lucro líquido do exercício	814
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>	<b>823</b>
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	772
Aplicações interfinanceiras de liquidez	770
Outros créditos	2
Redução dos subgrupos do passivo	51
Outras obrigações	51
<b>REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(9)</b>
<b>MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	
Disponibilidades:	
No início do exercício	14
No fim do exercício	5
<b>REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(9)</b>

BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2008
Arrendamentos a receber - setor privado	1.418
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(1.418)
Imobilizado de arrendamento líquido de depreciação	1.276
Superveniência de depreciação	31
Cretores por antecipação de valor residual	(387)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	920
<b>a) Composição por vencimento</b>	<b>2008</b>
A vencer:	
De 91 até 360 dias	284
Acima de 360 dias	636
Total a vencer	920
<b>b) Composição por segmento de mercado</b>	<b>2008</b>
	<b>Percentual sobre o total</b>
Setor Privado	
Indústria	100,00
Total	100,00

**7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Em 31 de dezembro de 2008, a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa não apresentou movimentação. O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente dos contratos e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estavam assim distribuídos:

	2008	Total da Carteira	Provisão
Nível de risco	Percentual de provisão		
AA	0,00%	920	-
Total		920	-

Continua

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 - (Em milhares de reais)**
**8. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a) Outros créditos - diversos**

	2008	2007
Impostos a compensar	49	-
Adiantamentos salariais	14	-
Devedores diversos país	14	-
Depósitos judiciais	7	7
Total	84	7
Parcela de curto prazo	77	-
Parcela de longo prazo	7	7

**b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias**

	2008	2007
Impostos e contribuições sobre salários	18	-
Provisão para IRPJ diferido sobre superveniência de depreciação	8	-
Provisão para imposto de renda	-	126
Provisão para contribuição social	-	81
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins a recolher	5	5
Outros	6	1
Total - curto prazo	37	213

**c) Outras obrigações - diversas**

	2008	2007
Credores por antecipação de valor residual	387	-
Provisão para pagamentos a efetuar	223	54
Valores a pagar a sociedade ligada	30	29
Outros	4	-
Total	644	83
Total - curto prazo	257	83
Total - longo prazo	387	-

**9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (líquido de depreciação)**

	Taxa anual de depreciação (%)	2008	2007
Máquinas e equipamentos	14,29%	1.276	-
Superveniência de depreciação (nota explicativa nº 6)		31	-
Total		1.307	-

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

A taxa anual de depreciação é acelerada, conforme legislação vigente.

**10. INTANGÍVEL**

	2008		
	Custo	Amortização	Líquido
Outros ativos Intangíveis			
Licença de uso - Software	40	-	40

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

JEAN-JACQUES PIERRE OGIER - Conselheiro  
FEDERICO ANGEL TUREGANO COSTELLO - Conselheiro  
FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Conselheiro

**DIRETORIA**

FRANÇOIS ALAIN DOSSA - Diretor Superintendente  
PASCAL FRANÇOIS VITANTONIO - Diretor

CONTADOR: NELSON EDGAR LEITE - CRC - 1SP 220262/O-0

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Diretores da

**Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Barueri - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre e ao exercício findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(310)	1.072	(310)	1.072
Alíquota vigente	25%	9%+6%	9%	
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	-	(244)	-	(96)
Expectativa de crédito de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	77	-	46	-
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(5)	(2)	(3)	(1)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias, cujos créditos tributários não foram constituídos:				
Diferenças temporárias	7	4	(1)	1
Prejuízo fiscal	-	80	-	-
Crédito tributário não contabilizado de imposto de renda e contribuição social	(79)	-	(42)	-
Efeito do imposto de renda sobre superveniência de depreciação	(8)	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(8)	(162)	-	(96)

Em 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 33.522 (R\$ 33.206 em 2007) e diferenças temporárias referentes à provisão não dedutível de R\$ 25 (R\$ 21 em 2007) no montante de R\$ 33.547 (R\$ 33.227 em 2007), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 8.386 (R\$ 8.307 em 2007). A Sociedade, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

**12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) O capital Social: O Capital Social está representado por 153.000 ações ordinárias e 153.000 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no país. As ações preferenciais não têm direito a

voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. b) **Dividendos:** De acordo com o previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2008, foram distribuídos dividendos sobre lucros acumulados, no montante de R\$ 5.807, representando R\$ 18,98 por ação. A distribuição foi aprovada pelo BACEN em 5 de junho de 2008.

**13. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS**

As transações com o banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

	Banco Société Générale Brasil S.A.	
	2008	2007
Disponibilidades	105	5
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	14.640
Outras obrigações diversas	30	29
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	-	1.579
Outras despesas administrativas - aluguel	17	12
Outras despesas administrativas - serviços prestados	341	341

**14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2008	2007
Serviços de terceiros (i)	631	-
Despesa de manutenção e conservação de bens (ii)	128	-
Serviços prestados - ligadas	341	341
Serviços técnicos especializados	61	35
Despesas com hospedagem	40	-
Despesa de viagem	24	-
Despesa de aluguel	57	12
Despesa de promoções e relações públicas	15	-
Despesa de processamento de dados	11	-
Despesa entidade de classe	18	-
Serviços prestados - sistema financeiro	4	3
Despesa de publicações	38	28
Outras	7	12
Total	1.375	431

(i) Refere-se a serviços de recrutamento pago a empresa terceirizada.

(ii) Gastos com reforma na nova sede da Sociedade.

**15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Sociedade não apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

**16. ALTERAÇÃO DA ALÍQUOTA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Conforme Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, foi alterada de 9% para 15% a partir de maio de 2008.

**17. VARIAÇÕES CAMBIAIS**

A Sociedade, no curso normal de seus negócios, não possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de importações, exportações, valores a pagar, valores a receber ou obrigações por empréstimos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes  
CRC nº. 2 SP 011609/O-8  
Gilberto Bizerra de Souza  
Contador - CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

**Deloitte**